

Um sacristão escreve de barriga vazia

A sacristan writes on an empty belly

Dossiê

Tiago Lopes Schiffner*

ORCID: 0000-0003-3848-0137

E-mail: tiago_roll@yahoo.com.br

Recebido: 08/11/2023

Aprovado: 16/11/2023

Resumo:

O objetivo deste artigo é apresentar uma leitura do conto *Manuscritos de um sacristão*, de Machado de Assis. Para tanto, partiremos da análise da edição do jornal em que a narrativa curta foi publicada originalmente. O intuito é perceber o diálogo existente entre as matérias publicadas em 17 de fevereiro de 1884, as marcas do cotidiano da Corte e a criação ficcional de Machado. O foco é o dia a dia dos homens pobres na capital do Império e a reformulação ficcional dos impasses vividos por eles. Almejamos, assim, debater as dimensões histórico-estéticas do enredo criado no fim do século XIX, tendo as contribuições de Alfredo Bosi, Ricardo Piglia, Roberto Schwarz, entre outros escritores, como inspiração, parâmetro e referência.

Palavras-chave:

Manuscritos de um sacristão; Machado de Assis; jornal; narrador; pobres.

Abstract:

The purpose of this article is to present a reading of the short story *Manuscritos de um Sacristão* (Manuscripts of a Sacristan), written by Machado de Assis. To do so, we will start with an analysis of the newspaper edition in which the short narrative was originally published. The aim is to understand the existing dialogue between the articles published on February 17, 1884, the elements of Court Life and Machado's fictional creation. The focus is the daily life of poor citizens in the capital of the Empire and the fictional reformulation of the impasses experienced by them. We aim, therefore, to debate the historical-aesthetic dimensions of the plot created at the end of the 19th century, having the contributions of Alfredo Bosi, Ricardo Piglia, Roberto Schwarz, among other writers, as inspiration, parameter and reference.

Keywords:

Manuscripts of a Sacristan; Machado de Assis; newspaper; storyteller; poverty.

* Doutor em Estudos Literários, com ênfase em Literatura Brasileira, pelo PPG-Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

1 O jornal, a rotina dos pobres e a literatura

A uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior, quase carnal em seu apego ao concreto e em sua rancorosa incompreensão de toda verdadeira espiritualidade; transigente, por isso mesmo que pronta a acordos, ninguém pediria, certamente, que se elevasse a produzir qualquer moral social poderosa.

(*Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda).

O dia dezessete de fevereiro de 1884 (domingo) mal amanhece, e os reclames dos jornaleiros anunciam os exemplares da *Gazeta de Notícias*. Os vendedores dividem as esquinas com os últimos foliões que tentam manter as pernas no ritmo dos festejos de carnaval. Nas ruas, algumas famílias vestidas com suas melhores roupas caminham rapidamente para chegar a tempo à missa. E as notícias até então rejeitadas recebem seus primeiros leitores de cartola e sobrecasaca. Acostumados com a miscelânea de informações organizadas em oito páginas (normalmente dobradas ao meio), eles percorrem as informações sobre a Corte – as quais disputam a atenção com relatos ficcionais e os últimos acontecimentos europeus.

No mesmo dia, é publicado na *Gazeta* o conto *Manuscritos de um sacristão*, de Machado de Assis. Ele divide espaço com matérias populares e certos debates sobre os rumos da nação. Na “Chronica da Semana”, o debate é sobre a exploração da loteria pelo Estado. A esperança dos homens livres pobres ou dos escravizados se reanimaria com a vinda de uma “machina fichet”. Ela seria supostamente importada da Europa e desembarcaria em São Paulo¹. O mecanismo provocaria uma revolução nos anseios dos trabalhadores – que se empenhariam, ainda mais, em enriquecer por meio dos números.

Lá vai a caminho de S. Paulo a machina Fichet, mandada vir expressamente da Europa para a extracção da 3ª serie da loteria do Ypiranga. Quantas esperanças acompanham a aperfeiçoada machina de fazer fortuna sem trabalho! quantos castellos dourados levantam-se sobre os cylindros coordenadores de numeros, d’esse machinismo ora em caminho de S. Paulo. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1884a, p. 1)

A título de comparação, no dia seguinte, a coluna intitulada “Cousas Politicas” menciona novamente a loteria. O texto denuncia a apatia do Império diante das regalias das ordens religiosas. Desde 1870, a administração imperial tinha autorização para desapropriar os bens das instituições da fé, mas relutava. A história começa a mudar, quando o deputado federal Francisco Antunes Maciel assume como ministro dos negócios² e decide aplicar a lei. Conforme o artigo de opinião defende:

Durante treze annos não se viu que, sem prejuízo do bem estar pessoal dos últimos frades, sem prejuízo do culto, podia o governo fornecer-lhes renda igual á que elles usufruiam e zelar ao

¹ Beatriz Ana Loner relembra que, “em 06 de abril de 1880, Laurindo Abelardo de Brito, presidente da província de São Paulo, em nome da Assembleia Legislativa de São Paulo, concedeu três loterias para a construção do monumento do Ipiranga, uma delas a correr naquele ano” (LONER, 2014, s/p.). Talvez o jornalista da *Gazeta* esteja se referindo a esse fato, quando menciona que a máquina estaria indo a São Paulo. O primeiro sorteio ocorreu em 26 de fevereiro de 1881 e causou uma comoção enorme no Brasil. Os vencedores do concurso foram “os oito felizes ganhadores (...) da cidade de Pelotas, todos oriundos das camadas populares, quatro brancos e quatro afrodescendentes. Entre os brancos havia um caixeiro português, uma dona de casa e dois sapateiros. Entre os afrodescendentes, o filho de um liberto, uma liberta e duas escravas. Eram quatro mulheres e quatro homens, somando-se cinco adultos, dois adolescentes e uma senhora idosa.” (LONER, 2014, s/p.).

² Segundo escreve Débora Clasen de Paula, “o assunto mais polêmico no qual se envolveu o Conselheiro Maciel dizia respeito à desapropriação de bens das ordens religiosas. O decreto punha em execução a lei de 28 de junho de 1870 e foi debatido com assiduidade pela imprensa. Críticas e elogios à posição do Conselheiro dividiam as páginas dos jornais cariocas” (PAULA, 2019, p. 144).

mesmo tempo esses bens, que, administrados convenientemente, tornar-se-hiam muito mais valiosos. Durante treze annos um empenho recebido no gabinete do ministro, o sorriso de uma confessada, algumas palavras proferidas pelo internuncio, em nome do papa infalivel, fizeram fechar os olhos e calar a boca de uns tantos homens, em que o paiz confiou, e correspondiam a essa confiança fazendo isto que é tão simplez e tão commum: desrespeitar a lei. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1884b, p. 1)

A situação econômica do Brasil é bastante precária, e há inúmeras tentativas de solucionar os problemas financeiros, sem que nenhuma delas se volte contra as imensas propriedades e as comodidades do clero. Os pobres acabam pagando a conta: seja a partir de novos impostos, seja por meio do jogo de azar, usado para aumentar a arrecadação.

As finanças do paiz chegaram a um estado deploravel. De tudo o governo faz moeda, começando por faze-la de um papel sujo, que muda de valor todos os dias, ao gosto dos banqueiros inglezes. Para fazer dinheiro, o governo lança mão do recurso immoral da loteria, que rouba as economias do pobre; decreta o odioso imposto do vintem, que foi origem de um tumulto serio, e que cahiu ridiculamente, por ser incobrável e incobrado. (...) Para fazer dinheiro, o governo fecha as arcas do thesouro, declara não ter verba, quando se lhe dizia que esta cidade immunda precisa ser saneada, que do serviço de hygiene dependia o nosso futuro, porque aos olhos do mundo o Brazil é um paiz pestifero. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1884a, p. 1)

As camadas miseráveis arcam com os custos de uma sociedade desigual, por vezes, com a própria vida. A ausência de investimentos públicos em serviços básicos agrava as consequências das doenças contagiosas – a exemplo da cólera e da febre amarela. O ataque aos desvalidos não se restringe à precarização do cotidiano, e a sua cultura também é perseguida. No dia 17 de fevereiro, uma notícia alude à extinção do entrudo nas ruas do Rio de Janeiro. O primeiro parágrafo diz, com ironia, “[que] uma comissão de distintos cavalheiros acaba de se reunir em Petrópolis, a fim de banir da imperial cidade o bárbaro uso do entrudo nos festejos de carnaval” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1884a, p. 1). O artigo insinua que Dom Pedro II aprecia a prática proibida e questiona, retoricamente, se o Imperador estava na reunião ou soube do fim desse hábito festivo.

Fez parte da reunião Aquelle distincto cavalheiro que ainda pelo carnaval passado jogou o entrudo com tanto prazer, molhando e sendo molhado como um outro qualquer? Por ventura foi tomado o Seu voto? Sabem se Elle é contrario ou favoravel á idéa? Que se mate o entrudo na cidade de Pedro, mas que se consulte a opinião de Quem pelo entrudo jogava tudo... menos a coroa. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1884a, p. 1)

Por seu lado, os estrangeiros sem dinheiro, mas com alguma inserção, se unem e cobram melhores condições de vida no Brasil. Uma carta do Dr. Escragnolle Taunay é reproduzida e responde às acusações de que a Sociedade Central de Imigração estaria fazendo agitações para denunciar o descaso das autoridades com os imigrantes. Segundo Taunay, “quizera simplesmente que dessemos *informações praticas acerca do paiz e clara e incisiva denuncia dos abusos e injustas leis que existem no paiz*” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1884a, p. 1). Na mesma linha, surge uma proposta de assentamento dos europeus. A própria Sociedade Central de Imigração redige um relatório com a possibilidade de compra de terrenos para a alocação dos compatriotas. A região pretendida é denominada de Parayba do Sul, e o comunicado apresenta os benefícios e as dificuldades da sua habitação (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1884a, p. 1). Como percebemos, a comunhão entre os estrangeiros pressiona certos setores do Estado, provoca um debate público e gera benefícios

para os novos moradores. Os brancos imigrados solucionam dificuldades intrínsecas à rotina de homens negros, consumidos pela escravidão e/ou completamente desprotegidos.

Aliás, no mesmo dia 17, um relato bastante suspeito informa que Antonio, um jovem escravizado pela Rodrigues & irmão, é internado no Hospital da Misericórdia. O rapaz fratura algumas costelas, quando supostamente cai de uma escada (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1884a, p. 1). Já, em “Manumissões”, a libertação de um escravo de 47 anos ganha destaque (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1884a, p. 2). Os motivos da alforria não são revelados e talvez a sua idade possa ser um deles. A subdivisão “Publicações a Pedido” estampa algumas solicitações particulares sobre temas diversos. Numa delas, um grupo de ex-inquilinos denuncia a precariedade de um cortiço localizado na rua de São Pedro, n. 186. Os antigos moradores da região descrevem o estado das casas e pedem a destruição delas à Comissão Sanitária da Freguesia do Sacramento.

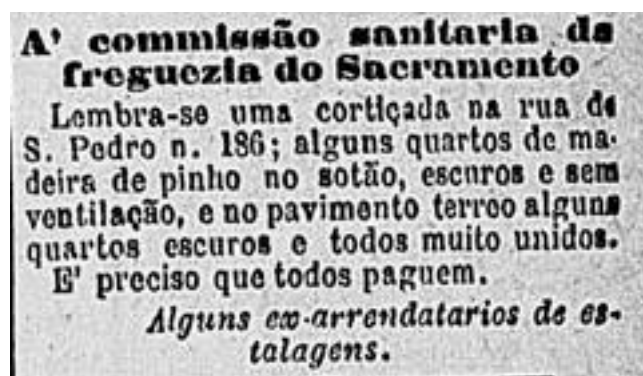


Figura 1

GAZETA DE NOTÍCIAS, 1884a, p. 3

Há, ainda, a seção “Anúncios”. Nela, a procura por empregados negros e os anúncios de alugéis de escravizados são comuns. Numa das ofertas, a “preferência” dos patrões é por uma funcionária negra e “de idade” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1884a, p. 5). Tal predileção vem impregnada por inúmeras atrocidades inerentes ao imaginário e às relações escravistas. Logo após o conto de Machado de Assis, anuncia-se, ainda, a transferência de uma conferência marcada para o Theatro São Luiz – a qual discutiria a concessão de liberdade a uma trabalhadora e teria Raul Pompeia como orador.

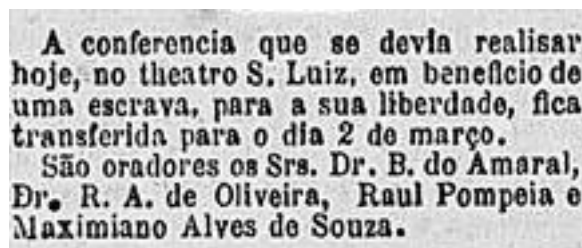


Figura 2

GAZETA DE NOTÍCIAS, 1884a, p. 2

Como percebemos na edição de 17 de fevereiro, o dia a dia dos empobrecidos é bastante conturbado e difícil. É atravessado por relações de poder e por violências que, obviamente, acometem com mais intensidade as pessoas pretas. No entanto, os brancos pobres também precisam

se equilibrar num cenário em que a liberdade é negociável e item distintivo, embora sozinha não garanta bem-estar nenhum. Desse modo, embora Machado de Assis escolha um protagonista de pele clara em *Manuscritos de um sacristão*, a miséria do personagem, a sua dependência social e artimanhas refletem um amplo quadro de precarização e as estratégias de sobrevivência dos espoliados.

O sacristão é um serviçal e vive um cotidiano de privação. Não compartilha das regalias exclusivas aos altos cargos da paróquia, mas, ao mesmo tempo, está resguardado das atrocidades mais cruas – a que os africanos e seus descendentes são submetidos. A moeda desse homem – oficialmente livre, mas sem nenhuma independência – é a troca de favores com alguém melhor posicionado socialmente. O subalterno da sacristia vende seu silêncio e, em contrapartida, recebe convites para jantares, por exemplo. Por isso, o conhecimento sobre as imoralidades da vida alheia precisa estar sempre renovado – sob pena de ficar ao Deus dará, como veremos. Em “Agregados antigos e Modernos”, Roberto Schwarz apresenta uma síntese do tipo de sociabilidade elaborada na narrativa machadiana e estampada nas publicações jornalísticas:

Como o essencial do serviço era feito por escravos, o mercado de trabalho era incipiente, obrigando os homens pobres a buscar proteção de um proprietário para tocar a vida. O proprietário, por seu lado, ficava à vontade para favorecê-los, como um senhor personalista, à antiga, a que é devida gratidão, ou para desconhecê-los, como um cidadão moderno, que não está nem aí, ou melhor, que não deve nada a ninguém. Essa assimetria vertiginosa entre as classes, em que, dependendo do capricho dos ricos, os pobres podiam ser favorecidos ou resvalar para o nada, de fato tornava a relação de favor iníqua. (SCHWARZ, 2012, p. 176).

Como referimos, os escravos não são mencionados nos *Manuscritos*. No entanto, a rotina estafante e a presença deles na estrutura econômica e social são fundamentais no entendimento das razões e dos meandros estruturais do relato ficcional de 1884. De um lado, enquanto o funcionário miserável se alimenta das migalhas e dos afagos, do outro, os senhores de batina usufruem das vantagens propiciadas pela morosidade do Estado – registradas pela imprensa – e pelos dízimos. Uma parte do dinheiro do tráfico de escravos e do trabalho compulsório escorre para os cofres das igrejas, e as contas dos homens livres ricos – mesmo as com Deus – são pagas com o esforço dos seres humanos coisificados na base da pirâmide.

2 Um sacristão busca ser ouvido, embora fale por meias-palavras.

No periódico, a realidade e a ficção se confundem nas seções distribuídas com aparente aleatoriedade. No segundo domingo de fevereiro, o conto *Manuscritos de um sacristão* procura o seu lugar entre as pequenas reportagens, entre os obituários e publicidades. Num pedaço de página, um engenheiro adquire uma concessão para explorar o desenvolvimento de tração mecânica por um prazo de dois anos. Noutro trecho, um comandante da marinha portuguesa (após desembarcar) vai cumprimentar o Imperador. Num terceiro, como vimos, um escravo é recolhido ao Hospital da Misericórdia após fraturar algumas costelas em decorrência de uma suspeitíssima queda. Essas pequenas reportagens justapostas evidenciam que o interesse do leitor pelo cotidiano *mais imediato*³ (o suposto acidente ali na padaria do bairro ou o dia a dia de Dom Pedro

³ Ver BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 253 p. Seria interessante fazer um estudo sobre o *Gazeta de Notícias* tendo em mente a distinção entre a experiência subjetiva e artística, que remete a uma tradição de longa (ou considerável) duração, e a massificação da informação imediata, analisando como Machado de Assis aborda essa ambivalência na sua literatura.

II) partilha igual importância e lugar com os fatos de ordem pública e com o texto ficcional. Há limites entre os episódios reais e o enredo literário? Para o editor da *Gazeta*, essas balizes não parecem problematizadas. Para os escritores realistas, essa questão é fundamental. Émile Zola e Aluísio Azevedo, por exemplo, declaram a necessidade de se buscar a *verdade* – fonte e anseio do enquadramento literário⁴ –, enquanto Machado a relativiza por meio dos narradores sem a aura da objetividade, instáveis e dramatizados⁵.

No jornal, as matérias cotidianas, os artigos de opinião e o folhetim são vizinhos dos anúncios com diversos objetivos. Alguns são de cunho mais pessoal (nascimento, casamento, morte etc.) e outros têm um interesse coletivo (nomeação, exoneração, alforria, aposentadoria, compra, venda etc.) numa alternância entre o público e o privado, em que tudo está nivelado à rápida assimilação. Os bailes da alta classe carioca estão próximos das oportunidades de empregos e dos anúncios de aluguéis (por vezes, de pessoas) – os quais não escondem a desigualdade social, o preconceito racial e os problemas crônicos da falta de habitação. O compartilhamento da vida particular em âmbito público, a boataria e o inegável contraste econômico esclarecem os aspectos formais e são tematizados em *Manuscrito de um sacristão*.

O título do conto já aponta para a ocupação do escritor dos manuscritos – que se distingue socialmente por exercer um pequeno cargo eclesiástico. Ele não é um sujeito da elite e, portanto, a sua expressão não pode ser arrogante e impertinente. A postura do subalterno é oposta à dos narradores dos romances maduros de Machado, os quais retratam o perfil psicológico e social dos proprietários. Em outras palavras, os manuscritos são redigidos por alguém que vive de favores e de pequenas contravenções e que, por isso, precisa ser comedido na sua dicção de subordinado.

Já no início do texto, ele pede que não o julguem pela “sobrepeliz rota e amarrotada” e “pelo uso clandestino das galhetas” (ASSIS, 1994, p. 69). A roupa maltrapilha e o roubo de vinho não deveriam influenciar na interpretação dos fatos apresentados. O sacristão se defende e solicita que a pequena ladroagem e a aparência modesta sejam relevadas diante de uma *história verídica*. Expõe a própria pobreza para legitimar o seu discurso, pois sabe que a miserabilidade pode comprometer a sua hipotética isenção diante dos fatos e, por consequência, alimentar uma descrença no leitor. No contexto das trocas de favores em que se equilibram os desafortunados, o sacristão precisa se justificar e diz nas entrelinhas: *leia-me. Eu sou pobre, mas sou confiável*.

Devido à sua condição de dependente, o auxiliar da igreja se interessa muito pela rotina dos superiores, principalmente, quando ela traz eventos incomuns ou condenáveis. Certo dia, leva horas apagando as velas do altar, na tentativa de escutar a conversa sussurrada entre o padre Teófilo e uma desconhecida. Mas, mesmo com todo o esforço, não consegue escutar nada. “Por mais que afiasse o ouvido e demorasse a apagar as velas do altar, não podia apanhar nada, nada, nada” (ASSIS, 1994, p. 69). Foi necessário “adivinhar alguma coisa” do diálogo-ao-pé-de-ouvido (ASSIS, 1994, p. 69). Adivinhar não significa imaginar o tema da conversa. Pelo contrário, a adivinhação é o início de uma sorrateira investigação sobre a identidade da desconhecida e sobre o vínculo entre ela e o padre. Nesse momento, o narrador suspende a história para completar as lacunas do passado.

Os manuscritos estão divididos em cinco capítulos, e a história, em três temporalidades. A primeira temporalidade está inserida num passado intermediário onde acontece a conversa entre o sacerdote e a mulher (capítulo I). A segunda contém os capítulos II, III e IV e apresenta ao leitor os fatos mais remotos que recompõem o percurso de vida dos personagens até o dia do encontro.

⁴ Segundo Émile Zola, a qualidade máxima de um romancista é o senso da realidade, que é caracterizado como “sentir a natureza e representá-la tal como ela é”. Ou seja, o autor deve procurar a objetividade que não deforme a verdade do real (aquilo que se descreve). Em síntese, “as frases, os parágrafos, o livro inteiro devem soar a verdade.” (ZOLA, 1995, p. 28).

⁵ Ver FISCHER, Luís Augusto. Quincas Borba: “Sou livre, devo tudo ao Doutor”. In: Machado e Borges: e outros ensaios sobre Machado de Assis. Porto Alegre: Arquipélago, 2008, p. 179-196.

O final do capítulo IV e a abertura do V marcam o ponto de retomada da cena suspensa no início do relato. O sacristão registra os dias felizes e os encontros amorosos do casal, após a conversa na igreja vazia. Insinua, ainda, que os amantes se separam, porque não conseguem manter o relacionamento secreto. Tais fatos encerram a narrativa e, por isso, estão mais próximos da escrita. Para uma apresentação clara e visual da divisão, criamos a tabela abaixo.

Tempo da narrativa	Argumento	Capítulo
Passado intermediário	Descoberta da relação proibida entre o padre e a prima	I
Passado mais remoto	Reconstrução do passado de vida dos amantes	II, III, IV
Passado próximo ao momento da narração	Relato dos momentos felizes do casal até a separação	IV, V

Interessado na intimidade alheia, o leva-e-traz começa a procurar informações e descobre que os dois “eram primos, nascidos em Vassouras”, conforme é mencionado no capítulo II (ASSIS, 1994, p. 70). Na parte III, apresenta o perfil de Teófilo e o caracteriza como um ser muito idealista, aspecto compartilhado com a prima. Quando era seminarista, o aspirante a sacerdote já “era um faminto de ideal e criação, olhando todas as coisas correntes por cima da cabeça do século”, preferindo São Paulo a Pedro (ASSIS, 1994, p. 70).

No quarto capítulo, surge uma descrição mais detalhada da mulher. Ela tinha trinta e oito anos no momento do diálogo. Não era pobre e tinha dispensado sem motivo “cinco ou seis pretendentes” de casamento (ASSIS, 1994, p. 71). A imprecisão pontuada nos “cinco ou seis” reencena o tom da informalidade como as descobertas foram feitas e é uma espécie de *ruína* dos diálogos do detive-da-igreja com amigos ou conhecidos da família. A propósito, a oralidade atravessa o conto. Ela vai da conversa misteriosa, passa pela apuração e chega ao nome da personagem, que, ironicamente, se chama Eulália – cuja raiz etimológica significa alguém muito falante. Tudo isso é perpassado pelo acúmulo de informações descobertas e combinadas na narrativa.

A redação dos manuscritos também é encenada como oralidade, uma vez que o narrador se comunica com quem lê. Por vezes, uma leitora pede a palavra e faz ressalvas: “perdão, interrompe-me uma senhora, esse [ideal de] noivo não é obra exclusiva de Eulália, é o marido de todas as virgens de dezessete anos” (ASSIS, 1994, p. 71-72). Ela contesta o argumento de que Eulália era imaginativa e sonhadora, porque esperava um “marido extraordinário” (ASSIS, 1994, p. 72). A discussão continua, e o narrador responde: “perdão, digo-lhe eu, há uma diferença entre Eulália e as outras, é que as outras trocam finalmente o original esperado por uma cópia gravada, antes ou depois da letra, e às vezes por uma simples fotografia ou litografia, ao passo que Eulália continuou a esperar o painel autêntico” (ASSIS, 1994, p. 72). Não há tréplica, e a exposição das características pessoais e dos dados biográficos dos personagens se encerra. A história passa a abordar as consequências do encontro escondido na igreja. Devido ao episódio incomum, um outro padre (o padre coadjutor) denuncia o colega de batina ao bispo. Teófilo vai ao Palácio da Conceição para explicar o ocorrido. Mas o delator volta a refutá-lo dias depois. Nesse momento, o sacristão intercede:

Como eu tinha sido companheiro do Teófilo no seminário e gostava dele, defendi-o com muito calor e fiz chegar o meu testemunho ao Palácio da Conceição. Ele ficou-me grato por isso, e daí veio a intimidade de nossas relações. Como os dois primos podiam ver-se em casa, Teófilo passou a visitá-la, e ela a recebê-lo com muito prazer. No fim de oito dias, recebeu-me também; ao cabo de duas semanas era eu um dos seus familiares. (ASSIS, 1994, p. 72)

Em decorrência da ajuda, uma forte afinidade nasce entre os três personagens. Teófilo, Eulália e o sacristão se tornam amigos, e a cordialidade entre eles perdura por algum tempo após a separação do casal. Em troca da confiança e da proteção, o baixo funcionário se torna um comensal na casa de Eulália. A condição degradante de convidado-de-refeições é imaginariamente compensada com o título de *gastrônomo*, que o narrador se autoconcede.

Amarrado no toma lá dá cá, o pobre-diabo apresenta os acontecimentos de maneira oblíqua. As insinuações não deixam muitas dúvidas sobre o caso entre os primos, mas mantêm uma margem segura para serem desmentidas. É uma tarefa do leitor “adivinhar” aquilo que não é conveniente escrever. Assim, a narrativa é permeada de sugestões, e mesmo as citações bíblicas estão a serviço das indiretas. O conto satiriza a temática do amor impossível. E o sofrimento dos amantes diante da rejeição moral e religiosa é contornado com a *generosidade* de um empregado. O estado de agonia do casal com a contravenção é amenizado pelo auxílio do fiel escudeiro, e todos saem ganhando sem culpa. No entanto, a conjuntura de fragilidade econômica do sacristão impede a sua franqueza. A cumplicidade é ressaltada pela penúria do dependente, o qual tem os elementos necessários para fazer a denúncia, mas os utiliza para sobreviver. Ele não pode expor a *verdade*, embora afirme defendê-la desde o início. O uso da palavra não é impune e o mau emprego dela acarretaria a perda de vínculos pessoais e de alguns benefícios adquiridos com a descoberta dos segredos. Da circunstância ambígua surge uma pergunta: por que ele escreve sobre algo que pode prejudicá-lo?

Para melhor entendermos os meandros do relato do sacristão, recorreremos aos conceitos de Ricardo Piglia apresentados em “Teses sobre o conto”. Piglia defende que as narrativas curtas têm duas dimensões: uma mais aparente, a *história 1*, e uma mais profunda, a *história 2*. O relato do amor condenado e concretizado às escondidas é a história 1 de *Manuscritos de um sacristão*, sendo um tema clássico da literatura universal. O argumento central na camada mais superficial é o desejo amoroso dissimulado e moralmente repreendido pela sociedade – o qual é apresentado por meio de sugestões. Dentro da temática clássica, a cena-chave é a do encontro, no qual Eulália teria pedido uma missa em memória da falecida mãe.

No plano das aparências, a explicação é o rito em homenagem à morta, porém o motivo da visita é claramente falso ou parcialmente mentiroso. Ao longo da história, as *pistas* levam à compreensão de que Eulália procurava retomar a satisfação amorosa interrompida após uma viagem do primo, ou concretizá-la imediatamente depois do retorno dele e da morte da mãe. No plano mais evidente, as incertezas permanecem. São próprias à redação dos manuscritos e apontam para a história 2.

A história 2 está centrada exatamente na fragilidade econômica e na obediência do funcionário. A camada mais profunda explicita a situação de intermediário (também de classe) do narrador. O mote aqui é o relato desinteressado, cujo perfil é o de uma anedota interiorana, sem importância. No entanto, novamente, o verdadeiro motivo da escrita e da abordagem reticente dos acontecimentos é desconhecido. Dado o grau de dependência do sacristão – que necessitava dos amantes para poder se alimentar – revisar os fatos condenáveis nos manuscritos revela um conflito dissimulado entre ele e seus antigos mantenedores. A abertura parcial das confidências (dos conhecimentos de cunho privado) adquire certo ar de ameaça sorrateira. *Não esqueci o que*

vocês fizeram. E a chantagem tem força, porque o padre permanece numa posição de relativa fragilidade.

Os níveis da história exibem duas razões para o manuscrito. A mais aparente é a revelação do amor impossível, tema romântico e abordado no mundo todo. Já a mais encoberta revela a quebra da dependência entre o sacristão e o casal. De um lado, o casal conversa depois da missa numa igreja vazia, dando material para a representação de uma anedota trivial e amorosa. Do outro, questionamentos pairam sem resposta: qual o autêntico motivo da conversa do casal? E o que o sacristão busca com a escrita dos manuscritos? Talvez, por isso, o clima na história 1 seja menos tenso do que o da história 2. A segunda traz as marcas dos antagonismos de classe e a quebra da aliança entre os remediados e o pobretão.

O sacristão é o narrador do relato mais explícito, cujo anseio é *relembrar* a sua descoberta quase inconfessável. Já o narrador do enredo encoberto está ausente, embora o seu objetivo seja evidente. Ele procura apresentar o jeito-de-ser-do-Brasil e as sempre perecíveis alianças de conveniência. Um é irônico em relação aos fatos narrados, e o outro é sarcástico em relação ao contexto social e à condição econômica do personagem-narrador, o qual se define como *gastrônomo, filósofo, psicólogo*, quando é manifesta a sua conjuntura de miserabilidade, impeditivo fundamental para a sua imparcialidade diante das premissas e das conclusões do que expõe. Enquanto o primeiro se mantém diante do binômio *dizer e não dizer*, o segundo *diz* ao divulgar os escritos⁶ nos quais o narrador-homem-livre-sem-dinheiro é essencial na exposição das estruturas em que a sociedade brasileira se equilibra.

Da mesma maneira que os leitores não representados na ficção, o sujeito da penumbra ri das tentativas de enobrecimento do pé-rapado que se adorna com profissões ilustres, embora não consiga esconder a sua carência. O riso também brota da contradição entre a imoralidade dos missionários dos bons costumes que acabam se entregando sorrateiramente às vontades libidinais. Por sua vez, o divertimento do narrador profundo aparenta uma posição de superioridade social e talvez moral. A superioridade pode caracterizar: I) alguém de uma cidade maior, que não está inserido em tramas e trocas tão baixas, embora não as despreze completamente, ou II) alguém também do meio urbano, mas cético quanto ao exercício da fé e ao desenvolvimento da sociedade brasileira, dentro de parâmetros tão desprezíveis. Para esse último, enquanto a base econômica se mantiver escravista, os contratos sociais forem cordiais e a religião permanecer como um negócio entre outros, a única saída é gargalhar e denunciar as contradições inerentes a tudo isso.

Alfredo Bosi também concorda com a existência de duas vozes ficcionais na prosa madura de Machado. O crítico admite a existência de uma oposição entre os narradores trapaceiros e uma “consciência autoral” em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, por exemplo.

Para entender os romances em primeira pessoa, as *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e particularmente *Dom Casmurro*, uma vertente da crítica machadiana formulou uma hipótese controversa, mas crucial: haveria nesses romances uma dissociação da perspectiva em duas dimensões: de um lado, o foco narrativo explícito; de outro, a consciência autoral. O foco explícito

⁶ Nesse antagonismo entre os narradores, temos em mente a referência de Roberto Schwarz à existência de um “narrador do narrador” em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Seria essa estrutura que selecionaria os momentos mais propícios e instigantes para que Brás pusesse “suas manguinhas de fora” (SCHWARZ, 2001, p. 83). Ela estaria, então, interessada em demonstrar a fisionomia e as atitudes próprias à arbitrariedade e ao perfil volúvel do personagem/narrador. No conto analisado, parece haver também certa motivação em se apresentar os resultados dos vínculos de interesse ensejados pelo favor, cujas consequências são a irremediável falta de autonomia e a mentirosa afinidade entre os indivíduos. Correndo o risco de dar contornos materiais a essa estrutura, penso esse narrador do narrador como uma espécie de editor dos manuscritos, o qual estaria interessado em dar notoriedade a esse texto justamente para explicitar a conjuntura de impotência social de seu escritor e as incongruências inerentes ao contexto que condicionam o homem livre pobre à criação de novas ou à retomada de velhas alianças de confiança e de proteção.

não corresponderia ao verdadeiro olhar do autor e assumiria o papel de narrador trapaceiro capaz de confundir o leitor, dizendo ou sugerindo o que o autor não diria, pensando o que o autor não pensaria e omitindo as reais intenções do seu criador. (BOSI, 2007, p. 38)

Mas, segundo ele, a constatação dos antagonismos entre a postura dos narradores e a do autor não pode ser generalizada. A explicação sobre as divergências entre as instâncias discursivas é uma tarefa do crítico e deve ser construída a partir da análise das obras em si (BOSI, 2007, p. 39). Embora concordemos em parte com os argumentos de Bosi, não entendemos a voz da história 2 (a do enredo mais amplo e com viés de crítica histórico-social) como necessariamente a do escritor Machado de Assis. A nosso ver, quem enquadra as contradições da época é uma outra entidade ficcional. Ela nasce da realização criativa e é discernível apenas nela mesma – podendo não se confundir com a pessoa ou com as posições de Machado. Conforme sugerimos acima, a denúncia dos artifícios do assistente de missa e dos desvios do padre namorado poderia partir de alguém endinheirado e sem muitos escrúpulos. Para essa gente, as pequenas contravenções interioranas podem ser vistas como algo infantil e divertido. Nesse sentido, as duas instâncias discursivas (os dois narradores) podem ser complementares e/ou divergentes, uma incluída na outra, como entende Bosi. Nas palavras do estudioso:

O lugar ideológico de onde o autor viu e julgou as relações interpessoais do seu contexto fluminense era suficientemente amplo para abrigar e situar as cabriolas exibicionistas de Brás Cubas. Não se trata de um jogo de exclusões (...), mas de um movimento de inclusão de Brás Cubas em Machado de Assis. (BOSI, 2007, p. 40)

Parafraseando o trecho acima, os *Manuscritos de um sacristão* também apresentam um movimento de incorporação mais geral. Um narrador antagoniza e/ou complementa o outro, podendo representar um panorama das divergências ideológicas, mas também das relações de aliança e de convivência peculiares ao contexto da ficção.

Considerações finais

A voz narrativa de um sujeito pobre e dependente demonstra as vicissitudes de uma sociedade atravessada pelo trabalho escravista e pelas relações de compadrio. Os assuntos das páginas jornalísticas e a temática enfrentada no conto de Machado, publicado num dia de carnaval, parecem distantes num primeiro olhar. No entanto, uma maior atenção para os meandros da vida miserável do homem-branco-mas-pobre e para a estrutura ficcional revela uma sintonia com os fragmentos realísticos de um cotidiano desigual, contraditório e permeado por lances de “sorte”. O dia a dia do interiorano retrata a falsa liberdade e a escassa sabedoria (privilegio de quem sabe ler e escrever nessa época) dos homens comuns, ensanduichados entre a espoliação cruel e a realização plena e sádica dos proprietários. Por isso, o sacristão concede a si mesmo certa importância – fugindo, assim, de ser confundido com os de baixo – enquanto implora e ameaça com sutileza o antigo benfeitor.

Referências

- ASSIS, Machado. Manuscritos de um sacristão. In: *Obra Completa*, vol. II, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: https://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/28_b10fd1f9a75bcaa4573e55e677660131. Acesso em: 18/05/2023.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 253 p.
- BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 237 p.
- FISCHER, Luís Augusto. Quincas Borba: “Sou livre, devo tudo ao Doutor”. In: *Machado e Borges: e outros ensaios sobre Machado de Assis*. Porto Alegre: Arquipélago, 2008, p. 179-196.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. 17/02/1884. Rio de Janeiro: 1884a. In: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano 188&pesq=. Acesso em: 24/04/2023.
- _____. 18/02/1884. Rio de Janeiro: 1884b. In: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=6560 . Acesso em: 24/04/2023.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 525 p.
- LONER, Beatriz Ana. A Loteria do Ipiranga e os trabalhadores: um sonho de liberdade no final do século XIX. *História*. São Paulo: n° 33, 2014, p. 195-233.
- PAULA, Débora Clasen de. Família, Guerra, política, negócios e fronteira: os Antunes Maciel desde o século XVIII aos inícios do século XX. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2019.
- PIGLIA, Ricardo. Teses sobre o conto. In: *Formas breves*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 87-94.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1981, 169 p.
- _____. Agregados antigos e modernos. In: *Martinha versus Lucrecia*: ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 173-183.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Ed. 34, 2001, 250 p.
- ZOLA, Émile. *Do Romance*. São Paulo: Edusp & Imaginário, 1995, 213 p.